TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

CONCURSO PÚBLICO

INSTITUTO CONSULPAM

Nome:_____

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará - Edital – 001/2022

INSTITUTO CONSULPAM

05 - TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO –
PROVA 01

PROVA ESCRITA OBJETIVA

CADERNO DE QUESTÕES

Leia atentamente as instruções abaixo e aguarde a autorização para abertura deste caderno de questões.

1. **Confira o seu CADERNO DE QUESTÕES nos primeiros 30 minutos de prova**. Caso haja algum erro de impressão, ausência de questão, dentre outros, a prova poderá ser substituída nesse intervalo de tempo.
2. Assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA, utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta. A não assinatura incide na DESCLASSIFICAÇÃO DO CANDIDATO.
3. Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 4 opções identificadas com as letras A, B, C, D. Você deve assinalar apenas uma opção em cada questão, caso contrário, ela será nula.
4. Não dobre, não amasse nem manche o CARTÃO-RESPOSTA. Ele NÃO poderá ser substituído.
5. O tempo disponível para esta prova **será de 4h.**
6. Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no CADERNO DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.
7. Quando terminar a prova, entregue-a ao fiscal SEM FALTAR NENHUMA PÁGINA OU PARTE DELA, juntamente com o CARTÃO-RESPOSTA. Em seguida, assine a LISTA DE PRESENÇA. Caso o CADERNO DE QUESTÕES E/OU o CARTÃO-RESPOSTA estejam rasgados ou incompletos, o candidato será eliminado.
8. Você somente poderá deixar o local de prova depois de decorrida uma hora do início da aplicação das provas.
9. Você também será excluído do certame caso:
   a) Utilize, durante a realização da prova, máquinas e/ou relógios de calcular, bem como rádios, gravadores, fones de ouvido, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie.
   b) Ausente-se da sala em que realiza a prova levando consigo o CADERNO DE QUESTÕES e/ou CARTÃO-RESPOSTA, antes do prazo estabelecido.
   c) Deixe de assinalar corretamente o campo no CARTÃO-RESPOSTA.
   d) Seja um dos três últimos candidatos e deixe o local de prova sem acompanhar o fiscal à coordenação.

GABARITO

01	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**
11	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
21	**22**	**23**	**24**	**25**	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**
31	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**	**37**	**38**	**39**	**40**
41	**42**	**43**	**44**	**45**	**46**	**47**	**48**	**49**	**50**
51	**52**	**53**	**54**	**55**	**56**	**57**	**58**	**59**	**60**
61	**62**	**63**	**64**	**65**	**66**	**67**	**68**	**69**	**70**

TCMPA TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

05- TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO – PROVA 01

CONHECIMENTOS GERAIS

Questão 01

Assinale a alternativa que NÃO está conforme os dizeres de nossa Constituição Federal de 1988 acerca da administração pública.

a) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
b) Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.
c) É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
d) É permitida a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

Questão 02

Quanto aos ditames de nossa Constituição Federal de 1988 sobre a acumulação de cargos públicos, assinale a alternativa CORRETA.

a) A proibição de acumular cargos abrange as subsidiárias das sociedades de economia mista.
b) A proibição de acumular cargos não se estende a empregos e funções.
c) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, mesmo quando houver compatibilidade de horários.
d) Não se admite a acumulação de um cargo de professor com outro técnico.

Questão 03

Tendo em vista o teor da Lei nº 8.112/1990 a respeito do processo administrativo disciplinar, aponte a alternativa CORRETA.

a) À autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é facultado promover a sua apuração imediata.
b) As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração mesmo que não contenham o endereço do denunciante.
c) Quando o fato narrado não configurar evidente ilícito penal, a denúncia será arquivada, por falta de objeto.
d) Da sindicância, poderá resultar aplicação de penalidade de suspensão de até 60 (sessenta) dias.

Questão 04

Consoante os dizeres da Lei nº 8.112/1990 a respeito dos cargos públicos, assinale a alternativa CORRETA.

a) Às pessoas portadoras de deficiência serão reservadas até 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas no concurso.
b) Só haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação.
c) A investidura em cargo público ocorrerá com a nomeação.
d) É de trinta dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.

Questão 05

Assinale a alternativa na qual NÃO consta um dos fatores que deverão ser observados como objeto de avaliação para o desempenho no cargo, durante o estágio probatório, previstos no bojo da Lei nº 8.112/1990.

a) Capacidade de iniciativa.
b) Assiduidade.
c) Idoneidade moral.
d) Disciplina.

Questão 06

De acordo com os dizeres da Lei nº 8.112/1990, aponte a única alternativa na qual NÃO figura uma hipótese da qual decorrerá a vacância de cargo público.

a) Readaptação.
b) Promoção.
c) Exoneração.
d) Recondução.

Questão 07

No que toca ao previsto na Lei nº 8.112/1990 acerca de condutas dos servidores públicos civis, assinale a alternativa CORRETA.

a) É proibido promover manifestação de apreço no recinto da repartição.
b) É proibido manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, parente até o terceiro grau civil.
c) É proibido exercer o comércio, ainda que na qualidade de cotista.
d) É permitido receber presentes de qualquer espécie, em razão de suas atribuições.

Questão 08

Segundo os ditames da Lei nº 8.112/1990, à família do servidor ativo é devido o auxílio-reclusão, nos seguintes valores:

a) Um terço da remuneração, quando afastado por motivo de prisão, em flagrante ou preventiva, determinada pela autoridade competente, enquanto perdurar a prisão.
b) Metade da remuneração, durante o afastamento, em virtude de condenação, por sentença definitiva, a pena que não determine a perda de cargo.
c) Dois terços da remuneração, durante o afastamento, em virtude de condenação, por sentença definitiva, a pena que não determine a perda de cargo.
d) Metade da remuneração, quando afastado por motivo de prisão, em flagrante ou preventiva, determinada pela autoridade competente, enquanto perdurar a prisão.

Questão 09

Conforme o texto da Lei nº 8.429/1992 (Lei da Improbidade Administrativa), assinale a alternativa CORRETA.

a) O inquérito civil para apuração do ato de improbidade será concluído no prazo, improrrogável, de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos.
b) As sanções eventualmente aplicadas em outras esferas não poderão ser compensadas com as sanções aplicadas nos termos da Lei de Improbidade Administrativa.
c) A presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor, em caso de revelia, aplica-se na ação de improbidade administrativa.
d) A sanção de suspensão de direitos políticos observará o limite máximo de 20 (vinte) anos.

Questão 10

No que tange ao disposto em nossa vigente Constituição Federal de 1988 acerca dos direitos sociais, assinale a alternativa CORRETA.

a) É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.
b) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até dois anos após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
c) É assegurado o direito de greve, competindo ao Poder Público decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.
d) Nas empresas de mais de cem empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

Questão 11

Conforme o texto de nossa Constituição Federal de 1988, serão considerados brasileiros natos:

a) Os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, mesmo que estes estejam a serviço de seu país.
b) Os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
c) Os nascidos no exterior de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que registrados em repartição estrangeira competente.
d) Os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, ainda que não venham a residir na República Federativa do Brasil, mas optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

Questão 12

À luz do que dispõe nosso vigente texto constitucional a respeito dos direitos políticos, assinale a alternativa CORRETA.

a) A idade mínima de trinta anos é condição de elegibilidade para o cargo de vice-governador de Estado e do Distrito Federal.
b) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos

respectivos mandatos até dois meses antes do pleito.
c) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da divulgação do resultado da eleição.
d) Por força do princípio da publicidade, a ação de impugnação de mandato não poderá tramitar em segredo de justiça.

Questão 13

Segundo a Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, assinale a alternativa CORRETA.

a) As disposições da mencionada Lei Complementar não se aplicam aos Tribunal de Contas dos Municípios e Tribunal de Contas do Município.
b) Serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente.
c) O refinanciamento da dívida pública constará separadamente na lei orçamentária.
d) O montante previsto para as receitas de operações de crédito poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.

Questão 14

Tendo em vista as disposições tributárias constantes em nossa Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa CORRETA.

a) Redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativas a contribuições, poderão ser concedidas mediante decreto.
b) É vedado à União tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Municípios.
c) Poderá ser atribuída ao sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, vedada a restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.
d) Os Estados poderão estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

Questão 15

Consoante o inteiro teor da Lei nº 6.830/1980, assinale a alternativa CORRETA dentre as abaixo expostas.

a) O Termo de Inscrição e a Certidão de Dívida Ativa poderão ser preparados e numerados apenas por processo manual.
b) A Certidão de Dívida Ativa não poderá ser emendada ou substituída.
c) A Dívida Ativa regularmente inscrita goza de presunção absoluta de certeza e liquidez.
d) A execução fiscal também poderá ser promovida contra o espólio.

Questão 16

De acordo com a Constituição do Estado do Pará, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Assembleia Legislativa, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

A respeito desse assunto, assinale a alternativa CORRETA.

a) O controle externo, a cargo do Tribunal de Contas do Estado, será exercido com o auxílio da Assembleia Legislativa.
b) Compete ao Tribunal de Contas do Estado apreciar contas prestadas anualmente pelo Governador, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em noventa dias a contar de seu recebimento.
c) Realizar, apenas mediante iniciativa própria, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária.
d) Prestará contas qualquer pessoa jurídica privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros.

Questão 17

A respeito do Tribunal de Contas do Estado e o Tribunal de Contas dos Municípios, assinale a alternativa CORRETA de acordo com a Constituição do Estado do Pará.

a) São integrados por 11 ministros.
b) Tem jurisdição em todo território estadual, exceto na região metropolitana da capital.
c) Cabem-lhe a iniciativa de leis que disponham sobre a extinção de cargos de suas secretarias.
d) Não possuem quadro próprio de pessoal.

Questão 18

No que diz respeito à prestação e tomada de contas anuais dos prefeitos municipais, assinale a alternativa CORRETA, de acordo com a Lei Complementar Estadual nº 109/2016.

a) O parecer será favorável à aprovação, sem ressalvas, quando ficar caracterizada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal, desde que não resulte dano ao erário, cuja correção será exigida pelo Tribunal no exercício seguinte.
b) O parecer prévio será contrário à aprovação das contas, quando constatadas a execução de atos de governo em desconformidade com as normas constitucionais.
c) Parecer prévio favorável por parte do Tribunal, existe o prefeito municipal de responsabilidades com relação à ordenação de despesas.
d) O Tribunal não pode, mediante parecer prévio, apreciar contas de governo com base no critério operacional, por falta de previsão legal.

Questão 19

De acordo com a Lei Orgânica do TCM-PA, o Cadastro Eletrônico de Inadimplentes (CEI), disponibilizará, por meio eletrônico, a relação de ordenadores inadimplentes, terceiros responsáveis e de todos aqueles, pessoa física ou jurídica, que receberem medidas sancionatórias. A inclusão no CEI ocorrerá após o trânsito em julgado da decisão que imputar quaisquer das medidas sancionatórias. A inscrição junto ao CEI autoriza, em caráter complementar, a adoção de todas as medidas legalmente previstas para execução das penalidades aplicadas, inclusive quanto ao lançamento do devedor, junto a cadastros públicos e privados de inadimplentes. A exclusão do competente registro, junto ao CEI, dar-se-á:

a) Mediante o recolhimento parcial das multas fixadas e débitos apurados.
b) Por força de modificação da decisão, desde que não seja final, quando provido o Pedido de Revisão.
c) Por ordem administrativa.
d) Por decurso do prazo, da sanção aplicada.

Questão 20

Qualquer cidadão, partido político, associação legalmente constituída ou sindicato é parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal. A respeito do tema, assinale a alternativa CORRETA.

a) A denúncia não precisa conter o nome completo do denunciante, ou seja, pode ser feita de forma anônima.
b) A denúncia apresentada por pessoa jurídica será instruída com prova de sua existência regular e comprovação de que os signatários têm habilitação para representá-la.
c) A denúncia somente poderá ser arquivada mediante decisão fundamentada do Relator, ou de ofício pela autoridade denunciada.
d) Após conclusão do processo de denúncia, apenas o denunciante poderá requerer ao Tribunal certidão sobre a procedência ou não dos fatos que constituíram objeto do processo.

Questão 21

No que diz respeito aos atos administrativos, assinale a alternativa CORRETA quanto aos seus elementos.

a) O objeto é o efeito jurídico imediato; a finalidade, o efeito mediato.
b) O objeto é o efeito jurídico mediato; a finalidade, o efeito imediato.
c) O objeto e a finalidade são efeitos imediatos.
d) A finalidade e o objeto são efeitos mediatos.

Questão 22

Ester foi convocada para atuar como Júri em determinado processo que corria no Tribunal da sua cidade. Por conta disso, pode-se afirmar que Ester exercerá a função de:

a) Agente honorífica.
b) Agente delegada.
c) Agente credenciada.
d) Agente política.

Questão 23

De acordo com os dispositivos da Constituição Federal de 1988, com relação aos direitos políticos, uma condenação penal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos, acarreta:

a) Decadência jurídica dos direitos políticos.
b) Extinção dos direitos políticos.
c) Cassação dos direitos políticos.
d) Perda ou suspensão dos direitos políticos.

Questão 24
Instituição permanente, incumbida da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Tais características referem-se (a)à:
a) Advocacia pública.
b) Poder judiciário.
c) Ministério público.
d) Defensoria pública.

Questão 25
É direito fundamental a prestação, pelo Poder Público, de assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovem insuficiência de recursos. A Função Essencial à Justiça que deve se responsabilizar pela prestação desse direito, em essência, é:
a) Ordem dos advogados do Brasil.
b) Defensoria pública.
c) Advocacia pública.
d) Ministério Público.

Questão 26
A Constituição Federal do Brasil de 1988 estabelece inúmeros dispositivos que tratam da organização político administrativa do Estado. A respeito desse assunto, assinale a alternativa CORRETA.

a) Os recursos minerais do subsolo são de propriedade do município em que forem encontrados.
b) Os estados podem incorporar-se entre si ou desmembrar-se para formarem novos territórios estaduais.
c) A organização e a prestação de serviços de transporte rodoviário interestadual e local são de competência dos estados.
d) Os territórios federais não são parte da composição da organização político-administrativa da República Federativa do Brasil.

Questão 27
Podem ser classificadas como receitas de capital a(s):

a) Operações de crédito e alienação de bens.
b) Receita agropecuária e operações de crédito.
c) Receita tributária e alienação de bens.
d) Amortização e receita patrimonial.

Questão 28
O Pará, como estado pertencente ao pacto federativo brasileiro, nos termos do Sistema Tributário Nacional, NÃO possui competência para instituir o tributo abaixo. Assinale-o.

a) Impostos.
b) Empréstimo compulsório.
c) Taxa.
d) Contribuição de melhoria.

Questão 29
A vedação constitucional a respeito da instituição de impostos sobre patrimônio, renda e serviços entre os entes federativos, extensível, inclusive às autarquias, é classificada como:

a) Prescrição tributária.
b) Decadência tributária.
c) Imunidade tributária.
d) Isenção tributária.

Questão 30
Assinale a alternativa CORRETA no que diz respeito às limitações ao poder de tributar.

a) Imunidades recíprocas não são extensíveis às autarquias.
b) A vedação de estabelecer impostos sobre templos de qualquer culto constitui isenção tributária.
c) A imunidade referente a impostos, destinados a livros, jornais, periódicos de papel, não alcança publicações veiculadas em meios digitais, tais como os DVDs.
d) À União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios é vedado estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 31
É o regime contábil segundo o qual transações e outros eventos são reconhecidos quando ocorrem (não necessariamente quando caixa e equivalentes de caixa são recebidos ou pagos). Portanto, as transações e os eventos são registrados contabilmente e reconhecidos nas demonstrações contábeis dos períodos a que se referem.

O texto acima faz referência ao conceito de:
a) Regime de Caixa.
b) Regime de Competência.

c) Regime Fiscal.
d) Regime Fixo.

Questão 32

Quando uma omissão ou distorção contábil puder influenciar as decisões econômicas que os usuários das demonstrações contábeis tomam com base nessas demonstrações, classifica-se como:

a) Material.
b) Imaterial.
c) Irrelevante.
d) Disruptiva.

Questão 33

As demonstrações contábeis são a representação estruturada da situação patrimonial, financeira e do desempenho da entidade. As demonstrações contábeis no setor público devem proporcionar informação útil para subsidiar a tomada de decisão e a prestação de contas e responsabilização da entidade quanto aos recursos que lhe foram confiados. A respeito desse tema, assinale a alternativa CORRETA.

a) Pelo fato de a informação contida nas demonstrações contábeis ser relevante, é provável que ela satisfaça a todos os objetivos descritos, especificamente, no que diz respeito a entidades cujo objetivo principal não seja gerar lucro.
b) Não cabe às demonstrações contábeis fornecer informações úteis na avaliação da capacidade de a entidade financiar suas atividades e cumprir com suas obrigações e compromissos.
c) As demonstrações contábeis, em regra, não possuem a função preditiva ou prospectiva.
d) Informação suplementar, incluindo demonstrativos não financeiros, pode ser apresentada junto com as demonstrações contábeis no intuito de proporcionar uma visão mais abrangente das atividades da entidade durante o período.

Questão 34

A respeito do pressuposto da Continuidade, presente no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, analise as alternativas a seguir, assinalando V para verdadeiro e F para falso:

(__) Quando da elaboração das demonstrações contábeis, a administração deve fazer a avaliação da capacidade de a entidade continuar em operação. Essa avaliação deve ser feita pelos responsáveis pela elaboração das demonstrações contábeis levando em consideração toda a informação disponível sobre o futuro.
(__) A determinação se o pressuposto da continuidade é ou não apropriado é mais relevante para o governo como um todo que para entidades individuais.
(__) Deverão ser divulgados em notas explicativas eventos ou condições que possam lançar dúvidas significativas acerca da capacidade de a entidade continuar em operação.

Assinale a alternativa CORRETA.

a) V-V-F.
b) V-F-V.
c) F-F-V.
d) F-V-V.

Questão 35

A contabilidade pública se aplica a todas as entidades de direito público interno, por isso, é considerada um dos ramos mais complexos da ciência contábil. A respeito do assunto, assinale a alternativa CORRETA.

a) Os serviços sociais são conhecidos como Sistema S (Sebrae, Senai, Sesi, Sesc, Sest, etc.) e são pessoas jurídicas de direito privado. Por conta disso, não utilizam os princípios da Contabilidade Aplicada ao Setor Público.
b) Eventualmente, uma empresa pública é classificada como independente. Nesse caso, passa a utilizar a contabilidade aplicada ao setor público.
c) Uma empresa é chamada de dependente quando é controlada e recebe do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal, de custeio em geral ou de capital, inclusive aqueles provenientes de aumento de participação acionária.
d) A contabilidade pública se aplica à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. Uma metodologia foi desenvolvida especialmente para ela. Essa metodologia utiliza contas escrituradas segundo normas específicas que constituem o sistema contábil público.

Questão 36

A respeito do patrimônio público e os tipos de bens públicos, faça a correta associação.

(1)Bens de uso especial.
(2)Bens dominicais.
(3)Bens de uso comum.

(__)Terras devolutas, prédios desativados, terrenos da marinha, títulos da dívida pública.
(__)Edifícios das repartições públicas, terrenos aplicados ao serviço público, veículos.
(__)Rios, mares, estradas, ruas, praças.

Assinale a alternativa CORRETA quanto à ordem da associação.

a) 2-3-1.
b) 2-1-3.
c) 3-1-2.
d) 3-2-1.

Questão 37

O Sistema Contábil é a estrutura de informações para identificação, mensuração, avaliação, registro, controle e evidenciação dos atos e dos fatos da gestão do patrimônio público, com o objetivo de orientar o processo de decisão, a prestação de contas e a instrumentalização do controle social. Esse sistema é organizado em subsistemas de informações, que oferecem produtos diferentes em razão das especificidades demandadas pelos usuários e facilitam a extração de informações.

Assinale a alternativa que contém uma informação que pertença ao subsistema de informações patrimoniais.

a) Orçamento.
b) Resultado orçamentário.
c) Resultado nominal.
d) Programação e execução orçamentária.

Questão 38

Os conceitos de ativo e passivo identificam os seus aspectos essenciais, mas não especificam os critérios para seu reconhecimento. Ao avaliar se um item se enquadra na definição de ativo, passivo ou patrimônio líquido, deve-se atentar para a sua essência e realidade econômica e não apenas sua forma legal. A respeito das definições de ativo, assinale a alternativa CORRETA.

a) Ativo é um recurso que será controlado no futuro pela entidade como resultado de evento passado.
b) A forma física é uma condição necessária para um item ser classificado como recurso.
c) O potencial de serviços possibilita a entidade alcançar os seus objetivos, desde que haja entrada líquida de caixa.
d) Os benefícios econômicos correspondem a entradas de caixa ou a reduções das saídas de caixa.

Questão 39

A respeito do reconhecimento e desreconhecimento de ativos, julgue os itens a seguir, assinalando V para verdadeiro e F para falso:

(__)Um ativo deve ser reconhecido quando satisfizer a definição de ativo.
(__)Um ativo deve ser reconhecido quando puder ser mensurado de maneira que observe as características qualitativas, levando em consideração as restrições sobre a informação contábil.
(__)Não devem ser reconhecidos no ativo os depósitos caracterizados como entradas compensatórias no ativo e no passivo financeiro.
(__)O reconhecimento do ativo envolve a avaliação da incerteza relacionada à existência e à mensuração do elemento.

Assinale a alternativa CORRETA:
a) V-V-F-V.
b) V-V-V-F.
c) F-V-F-V.
d) F-V-V-F.

Questão 40

A respeito do passivo das entidades públicas, seus conceitos e elementos, assinale a alternativa CORRETA.

a) Passivo é uma obrigação futura, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.
b) Obrigação futura é aquela que ocorre por força de lei (obrigação legal ou obrigação legalmente vinculada) ou não (obrigação não legalmente vinculada).
c) A complexidade inerente ao setor público faz com que eventos diversos referentes ao desenvolvimento, implantação e execução de determinado programa ou atividade possam gerar obrigações.

d) Um passivo deve envolver uma saída de recursos da entidade para ser extinto. A obrigação que pode ser extinta sem a saída de recursos da entidade também é um passivo.

Questão 41

A respeito da relação entre Passivo Exigível (Visão Patrimonial) e as Etapas da Execução Orçamentária (Visão Orçamentária), julgue os itens a seguir, assinalando V para verdadeiro e F para falso:

(__) Quando o fato gerador do passivo exigível ocorrer antes do empenho, ou entre o empenho e a liquidação, é necessário o registro de uma etapa intermediária entre o empenho e a liquidação, chamada "empenho em liquidação".
(__) Quando a lei utiliza a palavra "obrigação", ela não se refere à obrigação patrimonial (passivo exigível), pois uma obrigação patrimonial é caracterizada por um fato gerador já ocorrido, ou, conforme a lei, por uma condição já implementada.
(__) Em alguns casos, pode ser que ocorra uma lacuna temporal significativa entre a entrega do bem, serviço ou fonte de origem daquele crédito e a efetiva liquidação do crédito orçamentário.

Assinale a alternativa CORRETA.
a) F-F-F.
b) V-V-V.
c) V-F-V.
d) F-V-F.

Questão 42

Considere a contratação de uma operação de crédito por um determinado ente público. Assinale a alternativa que representa, CORRETAMENTE, o lançamento contábil dessa operação no momento da contratação, do ponto de vista da natureza de informação de controle:

a) D- Crédito Disponível
C- Crédito Empenhado a Liquidar.
b) D- Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional (F)
C- Empréstimos a Curto Prazo – Externo (P).
c) D- Receita a Realizar
C- Receita Realizada.
d) D- Controle da Disponibilidade de Recursos
C- Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR).

Questão 43

As características qualitativas são atributos que tornam a informação útil para os usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil. A respeito desse assunto, assinale a alternativa CORRETA:

a) A materialidade é uma característica qualitativa.
b) Comparabilidade não é uma característica qualitativa.
c) Na prática, é sempre possível alcançar todas as características qualitativas.
d) Custo-benefício é uma restrição inerente à informação contábil.

Questão 44

Essa característica qualitativa da informação contábil significa ter informação disponível para os usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil para fins do objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil. Ter informação disponível mais rapidamente pode aprimorar a sua utilidade como insumo para processos de avaliação da prestação de contas e responsabilização.

O texto acima faz referência ao conceito da característica qualitativa conhecida como:

a) Rapidez.
b) Urgência.
c) Temporalidade.
d) Tempestividade.

Questão 45

Esses itens são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Para que o investimento seja qualificado como tal, ele deve ser prontamente conversível em quantia conhecida de caixa e estar sujeito a risco insignificante de mudanças de valor.

O texto acima faz referência ao conceito de:

a) Passivo Financeiro.
b) Ativo Financeiro.
c) Equivalentes de Caixa.
d) Ativo Circulante.

Questão 46

Uma determinada secretaria de educação de um município da região Norte do estado adquiriu uma

copiadora e registrou o valor em sua contabilidade pelo valor contábil de R$ 2.000,00. Na ocasião, estimou-se um valor residual de R$ 200,00 e vida útil de 3 anos. Utilizando o método das cotas constantes, assinale o valor líquido contábil do ativo ao término do 3 mês de uso:

a) R$ 1.900,00.
b) R$ 1.050,00.
c) R$ 1.850,00.
d) R$ 1.980,00.

Questão 47

Uma determinada autarquia municipal possui, no ativo imobilizado, um computador no valor contábil de R$ 5.000,00 que já está 40% depreciado. O setor de contabilidade da referida autarquia estimou que o valor de venda do ativo é de R$ 2.200,00 e o valor presente dos fluxos de caixa relacionados ao uso do ativo é R$ 2.500,00. A partir dessas informações, assinale qual deve ser o ajuste feito em relação aos registros contábeis.

a) Registrar uma perda por redução ao valor recuperável de R$ 1.200,00.
b) Registrar uma perda por redução ao valor recuperável de R$ 500,00.
c) Registrar uma perda por redução ao valor recuperável de R$ 800,00.
d) Não registrar nenhum ajuste por expressa previsão normativa.

Questão 48

É o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre as partes independentes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. Na maioria das vezes corresponde ao valor de mercado.

O texto acima faz referência ao conceito de:

a) Valor atual.
b) Valor de pesquisa.
c) Valor corrente líquido.
d) Valor justo.

Questão 49

Os recursos de terceiros que estão sob a posse do ente, mas que estão vinculados à finalidade específica, inclusive com a possível obrigação de devolução (como as cauções) ou de pagamento de obrigação de terceiros (como os precatórios), em regra, estão contidos nos saldos bancários dos entes, devendo-se observar os aspectos operacionais das unidades gestoras do ente. Além disso, tais valores muitas vezes, inclusive com respaldo legal, são utilizados na gestão financeira das entidades. É importante destacar que os fluxos de caixa são classificados em três atividades, são elas:

a) Ativos, passivos e patrimônio líquido.
b) Circulante, não circulante e diferido.
c) Operacionais, investimentos e financiamentos.
d) Operacional, tático e estratégico.

Questão 50

O valor de custo dos estoques deve incluir todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais. O custo de aquisição NÃO compreende:

a) Preço de compra.
b) Tributos recuperáveis.
c) Frete.
d) Impostos de importação.

Questão 51

Os Princípios Orçamentários visam estabelecer diretrizes norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público. Válidos para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos – União, estados, Distrito Federal e municípios – são estabelecidos e disciplinados por normas constitucionais, infraconstitucionais e pela doutrina. Portanto, faça a correta associação.

(1)Universalidade.
(2)Periodicidade.
(3)Totalidade.

(__) Previsto, de forma expressa, pelo caput do art. 2º da Lei nº 4.320/1964, determina existência de orçamento único para cada um dos entes federados – União, estados, Distrito Federal e municípios – com a finalidade de se evitarem múltiplos orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política.

(__) Estabelecido, de forma expressa, pelo caput do art. 2º da Lei nº 4.320/1964, recepcionado e normatizado pelo § 5º do art. 165 da Constituição Federal, determina que a LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
(__) Estipulado, de forma literal, pelo caput do art. 2º da Lei nº 4.320/1964, delimita o exercício financeiro orçamentário: período de tempo ao qual a previsão das receitas e a fixação das despesas registradas na LOA irão se referir.

Agora, assinale a alternativa que contém a correspondência CORRETA:
a) 2-1-3.
b) 3-1-2.
c) 3-2-1.
d) 2-3-1.

Questão 52
A respeito da Receita Orçamentária, assinale a alternativa CORRETA após assinalar V para verdadeiro e F para falso.

(__) Receita Orçamentária Efetiva aquela em que os ingressos de disponibilidade de recursos não foram precedidos de registro de reconhecimento do direito e não constituem obrigações correspondentes.
(__) Receita Orçamentária Não Efetiva é aquela em que os ingressos de disponibilidades de recursos foram precedidos de registro do reconhecimento do direito ou constituem obrigações correspondentes, como é o caso das operações de crédito.
(__) Em sentido estrito, os ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado denominam-se receitas públicas, registradas como receitas orçamentárias, quando representam disponibilidades de recursos financeiros para o erário.

a) F-F-V.
b) F-V-V.
c) V-F-F.
d) V-V-F.

Questão 53
São recursos financeiros de caráter temporário, do qual o Estado é mero agente depositário. Sua devolução não se sujeita à autorização legislativa, portanto, não integram a Lei Orçamentária Anual (LOA). Por serem constituídos por ativos e passivos exigíveis, em geral, não têm reflexos no Patrimônio Líquido da Entidade.

O texto acima faz referência ao conceito de:
a) Ingressos orçamentários.
b) Ingressos extraorçamentários.
c) Empréstimos compulsórios.
d) Receita Diferida.

Questão 54
O § 1º do art. 8º da Lei nº 4.320/1964 define que os itens da discriminação da receita, mencionados no art. 11 dessa lei, serão identificados por números de código decimal. Convencionou-se denominar este código de natureza de receita. A respeito do código de oito dígitos dessa classificação, assinale a alternativa que faz a CORRETA associação do dígito e a sua descrição.

a) A – Origem.
b) G – Tipo.
c) C – Espécie.
d) B – Categoria Econômica.

Questão 55
São arrecadadas dentro do exercício financeiro, aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações orçamentárias, com vistas a satisfazer finalidades públicas.

O texto acima faz referência ao conceito de:

a) Receita Corrente.
b) Receita Ordinária.
c) Receita de Venda de Imóveis.
d) Receita de Capital.

Questão 56
A respeito das Receitas de Operações Intraorçamentárias, julgue os itens a seguir, assinalando V para verdadeiro e F para falso:

(__) Operações intraorçamentárias são aquelas realizadas entre órgãos e demais entidades da

Administração Pública integrantes do orçamento de investimento do mesmo ente federativo.
(__) Representam novas entradas de recursos nos cofres públicos do ente, se são movimentações de receitas entre seus órgãos.
(__) São a contrapartida das despesas classificadas na Modalidade de Aplicação "91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social".

a) V-F-V.
b) F-F-V.
c) F-V-V.
d) V-V-F.

Questão 57
A respeito da Classificação Institucional da Despesa Pública, assinale a alternativa CORRETA.

a) Constitui órgão orçamentário o agrupamento de serviços subordinados ao mesmo órgão ou repartição a que serão consignadas dotações próprias.
b) As unidades orçamentárias correspondem a agrupamentos de órgãos orçamentários.
c) A classificação institucional reflete a estrutura de alocação dos créditos orçamentários e está estruturada em dois níveis hierárquicos: órgão orçamentário e unidade orçamentária.
d) As dotações são consignadas aos órgãos orçamentárias, responsáveis pela realização das ações.

Questão 58
É um agregador de elementos de despesa orçamentária com as mesmas características quanto ao objeto de gasto. Abrange elementos como Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida, entre outros.

O texto acima faz referência ao tipo de conceito orçamentário:

a) Elemento discricionário orçamentário.
b) Classificação por função.
c) Agregador monetário.
d) Grupo de Natureza da Despesa.

Questão 59
Assinale a alternativa que faz referência a um elemento de despesa do tipo Inversão Financeira.

a) Material de consumo.
b) Obras e instalações.
c) Arrendamento mercantil.
d) Aquisição de títulos de crédito.

Questão 60
Os créditos adicionais, destinados a reforço de dotação orçamentárias, são classificados como:

a) Suplementares.
b) Especiais.
c) Extraordinários.
d) Globais.

Questão 61
A respeito da gestão pública, é possível identificar referência às seguintes instâncias de controle: o controle interno ou institucional, o controle externo e o controle social. A partir disso, assinale a alternativa CORRETA.

a) Embora a redução de perdas por fraudes seja ainda um interesse válido, a ênfase do controle interno tem sido o monitoramento das transações, visando à racionalização dos recursos e à consistência dos procedimentos.
b) O controle externo deve ser exercido no âmbito do próprio ente controlado, com o intuito de orientação e prevenção, a fim de identificar e evitar a ocorrência de possíveis problemas.
c) O controle interno deve ser exercido em uma instância situada fora do âmbito do ente fiscalizado, buscando maior grau de independência e efetividade em suas ações.
d) Controle interno, no sentido estrito, traz a ideia central de prevenção e correção de erros ou desvios no âmbito de cada poder ou entidade da Administração Pública.

Questão 62
É mais comum esse tipo de auditoria ser conduzida por equipe de auditoria interna. Isso acontece porque os profissionais que compõem um time de auditoria interna, em geral, têm maior conhecimento sobre os processos da empresa. Muitas vezes, o profissional que atua na área de auditoria interna, já trabalhou em outra área da empresa e, posteriormente, foi

contratado para compor a equipe de auditoria. Isso não é uma regra, apenas uma boa prática de mercado. Esse tipo de auditoria deve ser realizado pela auditoria interna ou externa, a equipe de auditores que conduz as ações, deve operar com maior nível de independência possível e, também, com o maior nível de acesso as informações cabíveis ao trabalho.

O texto acima faz referência ao conceito de:
a) Auditoria de legalidade.
b) Auditoria operacional.
c) Auditoria externa.
d) Auditoria interna.

Questão 63
Esse instrumento deve ser direcionado à cobertura dos riscos de negócios, portanto, é primordial que ele esteja alinhado com a matriz de riscos da empresa, pois irá determinar o cronograma de trabalho dos auditores e, ao mesmo tempo, demonstrar a alta administração da empresa que o trabalho dos auditores minimizará as perdas e, por vezes, potencializará os ganhos da entidade. Não é restrito à auditoria contábil, ou seja, ele é aplicável a qualquer auditoria, porém, é imprescindível a presença de uma equipe de auditoria operacional, que geralmente está vinculada à empresa na forma de auditores internos.

O instrumento acima mencionado é conhecido como:
a) Plano plurianual.
b) Plano de auditoria.
c) Evidência de auditoria.
d) Matriz de achados.

Questão 64
Amostragem é a utilização de um processo para obtenção de dados aplicáveis a um conjunto, denominado universo ou população, por meio do exame de uma parte deste conjunto denominada amostra. A respeito do tema, assinale a alternativa CORRETA.

a) As observações são retiradas da amostra para compor a população.
b) A amostra representa o universo de dados a serem analisados.
c) Cada item que compõe a população é conhecido como unidade de amostragem.
d) O único tipo de amostragem existente é a estatística.

Questão 65
Maria está realizando um trabalho de auditoria em uma autarquia que opera em todos os estados do Brasil. Ela precisa fazer uma seleção de pedidos para analisar se todos estão aprovados e com preços adequados, antes de selecionar a amostra, utilizando critérios de seleção estatísticos; a auditora poderá desmembrar essa população em cinco subgrupos: regional sul, norte, nordeste, sudeste e centro-oeste. Dessa forma, todos os estados do Brasil serão contemplados na sua análise.

Nesse procedimento utilizou a ferramenta conhecida como:
a) Output.
b) Circularização.
c) Evidência.
d) Estratificação.

Questão 66
Os registros dos procedimentos de auditoria executados, das evidências de auditoria relevante obtida e conclusões alcançadas pelo auditor são denominados:

a) Papéis de trabalho.
b) Relatório de auditoria.
c) Arquivo de Auditoria.
d) Parecer interno.

Questão 67
Após a conclusão das tarefas de execução da Auditoria e a revisão dos trabalhos finalizados, é necessário que o Auditor elabore:
a) Papéis de trabalho.
b) Contrato.
c) Plano de auditoria.
d) Relatório de auditoria.

Questão 68
Os testes realizados com o objetivo de obter uma segurança razoável de que os procedimentos de controle interno estabelecidos pela administração pública estão em efetivo funcionamento e cumprimento são denominados testes:

a) Substantivos.
b) De observância.
c) De detalhes.
d) De regularidade.

Questão 69

A verificação do comportamento de valores relevantes, mediante índices, quocientes e outros meios, visando identificar tendências ou situações anormais, é efetuada através do procedimento de auditoria denominado:

a) Confirmação.
b) Circularização.
c) Revisão analítica.
d) Teste de aderência.

Questão 70

As Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAI), desenvolvidas pela Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), visam promover a realização de auditorias independentes e eficazes pelas Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS). De acordo com os dispositivos da ISSAI 100, assinale a alternativa que NÃO contém um princípio da auditoria governamental:

a) Discricionariedade.
b) Risco de auditoria.
c) Controle de qualidade.
d) Comunicação.